

	<i>Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana</i>
	<i>Data:</i> ____/____/____ <i>Turma:</i> ____
	<i>Aluno:</i> _____
	<i>Professor: Manuel Antonio</i>
	<i>Disciplina: Filosofia</i>

6ª APOSTILA DE FILOSOFIA - EDU NO ENEM 2021

Locke, Leibniz e Hume

JOHN LOCKE (1632-1704)

Locke desenvolve um modelo empirista, antiespeculativo e antimetafísico de conhecimento. Embora adotando a noção cartesiana de ideia, afirma que todas as nossas representações do real são derivadas de percepções sensíveis, não havendo outra fonte para o conhecimento.

A mente é como uma “folha em branco”, a tabula rasa, na qual a experiência deixa as suas marcas (Ensaio, II, 1, seq. 2).

Locke afirma que não podemos conhecer as coisas em sua essência; portanto, sobre o mundo natural temos apenas crenças ou opiniões, mas não conhecimento verdadeiro.

Locke, escolhendo o caminho da psicologia, distingue duas fontes possíveis para nossas ideias: a sensação e a reflexão. A sensação é o resultado da modificação feita na mente através dos sentidos. A reflexão é a percepção que a alma tem daquilo que nela ocorre. Portanto, a reflexão se reduz apenas à experiência interna.

Para Locke, assim como não existem ideias inatas, também não deveria existir poder inato (ou de origem divina), como defendiam os adeptos do absolutismo monárquico.

Para Locke, filósofo contratualista, não deveria existir poder inato (ou de origem divina), como defendiam os adeptos do absolutismo monárquico.

Revelando sua preocupação em proteger a liberdade do cidadão (proteção dos direitos naturais de cada membro da sociedade ou equilíbrio no convívio em sociedade), defendia que o poder social deveria nascer de um pacto (ordem social ou contrato social) entre as pessoas que regulasse as ações dos indivíduos.

Por sua vez, as leis deveriam expressar as normas estabelecidas pela própria comunidade, que escolheria, através do mútuo consentimento dos indivíduos, a forma de governo considerada mais conveniente ao bem comum.

Diferentemente de Hobbes, portanto, Locke concebe a sociedade política como um meio de assegurar os direitos naturais e não vê no estado de natureza uma situação de guerra e egoísmo, o que nos leva a indagar por que os homens abandonariam essa situação delegando o poder a outrem.

Considerando como princípio básico da existência da

sociedade o entendimento racional entre os homens. Locke se contrapõe assim tanto à concepção de Hobbes de um soberano absoluto quanto à dos defensores dos direitos divinos.

Locke faz uma reflexão mais moderada. Refere-se ao estado de natureza como uma condição na qual, pela falta de uma normatização geral, cada um seria juiz de sua própria causa, o que levaria ao surgimento de **problemas nas relações entre os indivíduos**.

“Sendo os homens por natureza todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento”

John Locke

Assim nasce a concepção de Estado liberal, segundo a qual o Estado deve regular as relações entre os indivíduos e atuar como juiz nos conflitos sociais. Mas deve fazer isso garantindo aquilo que precede a própria criação do Estado: as liberdades e os direitos individuais (direito natural de propriedade), tanto no que se refere ao pensamento e à sua expressão quanto à propriedade e à atividade econômica.

Locke usa o conceito de propriedade num sentido muito amplo: “tudo o que pertence” a cada indivíduo, ou seja, sua vida, sua liberdade e seus bens. pois ora identifica a propriedade à vida, liberdade e posses, ora a bens e fortuna especificamente.

Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo trabalho. Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural.

O ponto crucial do pensamento de Locke é que os direitos naturais dos homens não desaparecem em consequência desse consentimento, mas subsistem para limitar o poder do soberano, justificando, em última instância, o direito à insurreição: o poder é um depósito confiado aos governantes- trata-se de uma relação de confiança-, e, se estes não visarem o bem público, é permitido aos governados retirá-lo e confiá-lo a outrem

Locke considera o legislativo o poder supremo, ao qual deve se subordinar tanto o executivo quanto o poder federativo (encarregado das relações exteriores). Note-se que ainda nesse momento não havia sido desenvolvida a teoria da autonomia dos três poderes, o que ocorrerá apenas com Montesquieu.

Hobbes, Locke e Rousseau são os pensadores mais importantes que discutiram essa problemática, concordando quanto à concepção de um contrato social como fundamento da sociedade organizada racionalmente, embora divergindo sobre a natureza humana e as características do Estado.

O governo, na concepção de Locke, cria algo não disponível no estado de natureza, a preservação dos direitos naturais através da intervenção de uma autoridade racional, isto é,

um juiz imparcial para determinar a severidade do crime e definir uma punição proporcional. Esses são os motivos fundamentais porque a sociedade civil é um avanço sobre o estado de natureza.

Para Locke, a sociedade civil se constitui quando os indivíduos, em comum acordo, renunciam à liberdade absoluta do estado de natureza e se submetem às normas sociais, de forma que seja possível a garantia dos direitos naturais, entre eles o direito à propriedade privada e à vida.

GOTTFRIED W. LEIBNIZ (1646-1716)

Leibniz utilizou bem a noção de substância como o que é “sujeito de predicação”.

Descartes foi chamado de dualista, ao defender a realidade como constituída de duas substâncias. Espinosa foi monista e Leibniz, pluralista, universalista.

Leibniz antecipa em muitos aspectos o desenvolvimento da lógica-matemática e da filosofia da linguagem no pensamento contemporâneo, na fundamentação do conhecimento em termos da busca de critérios para a determinação de verdades necessárias.

Leibniz sustenta que, em vez de duvidar de tudo que possa parecer incerto, é preciso considerar os graus de aceitação ou discordância que cada afirmação pode produzir, ou seja, examinar suas razões.

No opúsculo “Sobre a conexão entre as coisas e o mundo”, ele diz: “O pensamento não pode existir sem a linguagem. Sem um signo ou outro.

O forte racionalismo de Leibniz se expressa em sua concepção de que todo conhecimento é, em última análise, a priori.

Leibniz valoriza a bem como formula uma concepção de realidade baseada no pluralismo de mônadas, entendidas como substâncias autônomas e autocontidas.

Leibniz apresenta a ideia de substância como componente essencial de todas as coisas que existem no mundo, sendo a forma fundamental da estrutura da natureza e contribuindo, assim, para o movimento.

Leibniz estabeleceu uma distinção entre verdades de razão(ideias matemáticas e inatas) e verdades de fato(dependem da experiência e são empíricas).

WEB. **Super Professor®Web**. Disponível em:<https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php>Acesso em 14/05/2020.

Marcondes, Danilo. Iniciação à história da filosofia . Zahar. Edição do Kindle

COTRIM e FERNANDES, Gilberto e Mirna. Fundamentos de filosofia . São Paulo: Saraiva, 2016.

ARANHA e MARTINS, M. L. de A. e M.H. P. Filosofando, Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 1993

Chauí, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática. 1997. p. 115)

Ghiraldelli Jr., Paulo. A Aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche (p. 115). Edição do Kindle.

1. (Enem 2ª aplicação 2016) A justiça e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria dos homens parece concordar. Constitui um princípio julgado estender-se até os esconderijos dos ladrões e às confederações dos maiores vilões; até os que se afastaram a tal ponto da própria humanidade conservam entre si a fé e as regras da justiça.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (adaptado).

De acordo com Locke, até a mais precária coletividade depende de uma noção de justiça, pois tal noção

- a) identifica indivíduos despreparados para a vida em comum.
- b) contribui com a manutenção da ordem e do equilíbrio social.
- c) estabelece um conjunto de regras para a formação da sociedade.
- d) determina o que é certo ou errado num contexto de interesses conflitantes.
- e) representa os interesses da coletividade, expressos pela vontade da maioria.

2. (Ufu 2012) Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
- b) Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
- c) Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
- d) Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

3. (Enem PPL 2014) Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- a) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.

- b) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
- c) abdicar de sua propriedade e submeter-se ao poder do mais forte.
- d) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
- e) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não à sua independência.

4. (Ueg 2019) John Locke afirmou que a mente é como uma folha em branco na qual a cultura escreve seu texto e Descartes demonstrava desconfiança em relação aos sentidos como fonte de conhecimento. A respeito desses dois filósofos, verifica-se o seguinte:

- a) Locke é um representante do racionalismo e Descartes é um representante do empirismo.
- b) Locke é um representante do empirismo e Descartes é um representante do racionalismo.
- c) Descartes e Locke possuíam a mesma concepção, pois ambos eram críticos do iluminismo.
- d) Descartes é um representante do teologismo e Locke é um representante do culturalismo.
- e) Descartes é um representante do materialismo e Locke é um representante do idealismo.

TEXTO PARA AS PRÓXIMAS 2 QUESTÕES:

O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características uma determinada corrente de pensamento.

"Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade."

(Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991)

5. (Enem 2000) Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa justificar:

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

6. (Enem 2000) Analisando o texto, podemos concluir que se trata de um pensamento:

- a) do liberalismo.
- b) do socialismo utópico.

- c) do absolutismo monárquico.
- d) do socialismo científico.
- e) do anarquismo.

7. (Enem PPL 2013) TEXTO I

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (adaptado).

TEXTO II

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005 (adaptado).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- a) Liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada — Conflituosa, exemplificada pela luta de classes.
- b) Heterogênea, favorável à propriedade privada — Consensual, sob o controle de classes com interesses comuns.
- c) Igualitária, baseada na filantropia — Complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas.
- d) Compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam — Individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses.
- e) Libertária, em defesa da razão humana — Contraditória, na qual vigora o estado de natureza.

8. (Uema 2015) De acordo com a historiadora Maria Lúcia de Arruda Aranha, a Revolução Francesa derrubou o antigo regime, ou seja, o absolutismo real fundamentado no direito divino dos reis, derivado da concepção teocrática do poder. O término do antigo regime se consuma quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos.

Fonte: ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

Esse princípio político que substitui a antiga teoria do direito divino do rei intitula-se

- a) Contratualismo.
- b) Totalitarismo.
- c) Absolutismo.
- d) Liberalismo.
- e) Marxismo.

9. (Enade 2014) A mônada de que aqui falaremos não é outra coisa senão uma substância simples, que entra nos compostos; simples quer dizer sem partes. E tem de haver substâncias simples, uma vez que existem compostos, pois o composto nada mais é do que uma reunião ou *aggregatum* dos simples. Ora, onde não há partes não há extensão, nem figura, nem divisibilidade possível. E essas mônadas são os verdadeiros Átomos da Natureza e, em suma, os Elementos das coisas.

LEIBNIZ, G. W. *Monadologia*. In: *Discurso de metafísica e outros escritos*. Tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 131 (adaptado).

Segundo as concepções metafísicas de Leibniz, o conceito de mônada indica que ela é definida como

- a) um ente último formado a partir de certa composição.
- b) certo ente dotado de outros elementos internos a ele.
- c) algo capaz de ser repartido em elementos mais essenciais.
- d) uma entidade delimitada a partir de conceitos geométricos.
- e) certa unidade que contribui para a elaboração de coisas complexas.

9. (Enem PPL 2013) A *substância* é um Ser capaz de Ação. Ela é simples ou composta. A *substância simples* é aquela que não tem partes. O *composto* é a reunião das substâncias simples ou *Mônadas*. *Monas* é uma palavra grega que significa unidade ou o que é uno. Os compostos ou os corpos são Multiplicidades, e as Substâncias simples, as Vidas, as Almas, os Espíritos são unidades. É preciso que em toda parte haja substâncias simples porque sem as simples não haveria as compostas, nem movimento. Por conseguinte, toda natureza está plena de vida.

LEIBNIZ, G. W. *Discurso de metafísicas e outros textos*. São Paulo: Matins Fontes, 2004 (adaptado).

Dentre suas diversas reflexões, Leibniz voltou sua atenção para o tema da metafísica, que trata basicamente do fundamento de realidade das coisas do mundo. A busca por esse fundamento muitas vezes é resumida a partir do conceito de substância, que para ele se refere a algo que é

- a) complexo por natureza, constituindo a unidade mínima do cosmo.
- b) estabilizador da realidade, dada a exigência de permanência desta.
- c) desdobrado no composto, em vez de gerá-lo unindo-se a outras substâncias simples.
- d) considerado simples e múltiplo a um só tempo, por ser um todo indecomponível constituído de partes.
- e) essencial na estrutura do que existe no mundo, sem deixar de contribuir para o movimento.

TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:

Se a recente antropologia estrutural está certa (e suas hipóteses, de fato, elaboram as suposições de Leibniz e Herder), esses modelos de parentesco, essas convenções de mútua identificação que subjazem a toda sociedade humana, dependem vitalmente da disponibilidade e desenvolvimento da linguagem. A passagem do homem de um estado natural para um estado cultural – o principal ato isolado de sua história – está em todos os pontos entrelaçados com suas faculdades de fala. Os tabus do incesto e os consequentes sistemas de parentesco que tornam possível a definição e a sobrevivência biossocial de uma comunidade não precedem a linguagem. Muito provavelmente desenvolvem-se com ela e através dela. Não podemos proibir o que não podemos nomear. As regras de casamento exogâmico ou endogâmico só podem ser formuladas e – o que não é menos importante – transmitidas onde existam adequada sintaxe e taxionomia verbal.

Fonte: Steiner, George. *Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p. 69/70.

10. (Ufsm 2012) Segundo o texto,

- I. o autor considera a linguagem como uma condição apenas suficiente para a passagem do homem de um estado natural para um estado cultural.
- II. os estudos recentes de antropologia estrutural conflitam com as especulações filosóficas de Leibniz e Herder.
- III. a capacidade de nomeação é uma condição necessária

para o estabelecimento de interdição social.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

Gabarito:

Resposta da questão 1: [B]

Resposta da questão 2: [C]

Resposta da questão 3: [D]

Resposta da questão 4:

[B]

Resposta da questão 5: [D]

Resposta da questão 6: [A]

Resposta da questão 7: [A]

Resposta da questão 8: [D]

Resposta da questão 9: [E]

Resposta da questão 10: [E]

Resposta da questão 11: [C]

David Hume (1711-1776)

O ponto de partida de Hume é a tese segundo a qual nossas ideias sobre o real se originam de nossa experiência sensível (empirismo). A percepção é considerada como critério de validade dessas ideias, que, quanto mais próximas da percepção que as originou, mais nítidas e fortes são, ao passo que, quanto mais abstratas e remotas, menos nítidas se tornam.

O empirismo opõe-se ao inatismo (ideias inatas) ao considerar que as ideias se originam somente da experiência. Essa diferença pode ser bem observada quando se compara a visão de David Hume com a de René Descartes, para quem as ideias verdadeiras surgem de forma inata no sujeito cognoscente.

Com efeito, para Hume, toda ideia corresponderia à uma impressão e seria uma “cópia” da impressão que a originou.

Segundo Hume, filósofo representante do empirismo britânico, o conhecimento começa com a experiência dos sentidos, mediante o hábito ou costume.

Hume afirma que a razão é produto da experiência. Mas uma experiência específica, a da repetição, isto é, do hábito ou costume. A repetição propicia a associação de ideias. E eis que a ideia torna-se crença. No limite, as crenças são produtos da imaginação

O universal resulta do processo de associação e da força de nosso hábito ou costume.

De experiências habituais ele constrói conhecimentos baseados em matérias de fato e relações entre ideias.

Sendo assim, o homem é apenas capaz de crer que a relação de causa e efeito entre a chama e o calor, por exemplo, se mantenha persistente.

A crença é um resultado necessário da mente observar regularidades – diferentemente da ficção que é uma formulação com aparência de realidade e sem um lastro sensitivo.

Nesse sentido, um raciocínio impenetrável é inconveniente, pois estabelece uma ficção capaz de convencer pela sua aparência de realidade, porém incapaz de se demonstrar pela sua ausência de lastro sensitivo.

O conhecimento sobre a causalidade é definido de maneira geral e sem aceitar a existência de exceções como algo originado inteiramente da experiência.

Por conseguinte, Hume não admite que a relação de causa e efeito seja concebida por raciocínios a priori e o homem apenas a apreende empiricamente.

É no sentido de repetições ou de uma regularidade (costume, hábito), que pode ser dito que a causalidade é uma forma nossa de perceber o real, uma ideia derivada da reflexão sobre as operações de nossa própria mente,

Em Hume, a ideia de relação entre fenômenos que se repetem, ou seja, a ideia de que um fenômeno que ocorre de determinada maneira ocorrerá sempre da mesma forma, não parte de nenhum pressuposto sensível, não tendo, portanto, fundamentação para ser aceita como fato.

Hume concluiu que o conhecimento científico – que ostenta a bandeira da mais pura racionalidade – também está ancorado em bases não racionais, como a crença e o hábito intelectual.

Hume chamou a atenção para o fato de que a conclusão indutiva, por maior que seja o número de percepções repetidas do mesmo fato, não possui fundamento lógico – ou seja, sempre será um salto do raciocínio.

Para o filósofo, esse “salto” seria impulsionado pela crença ou hábito. Este surge com as repetidas percepções de um fato, as quais nos levam a confiar em que aquilo que se repetiu até hoje se repetirá amanhã e sempre.

Assim, por exemplo, cremos que o sol nascerá amanhã porque até hoje ele sempre nasceu.

Como explicou Hume, somente o raciocínio dedutivo, utilizado na matemática, fundamenta-se em uma lógica racional.

As ciências são fundamentadas no hábito de associar ideias, em consequência das repetições da experiência.

A razão é o hábito de associar ideias, seja por semelhança, seja por diferença.

Hume questiona o modelo cartesiano de mente como substância pensante, a *res cogitans* de Descartes, sustentando que não podemos ter nenhuma representação de nossa mente independente de nossa experiência, ou seja, de nossas impressões sensíveis e da maneira como as elaboramos.

Para Hume, a beleza não está propriamente nos objetos (não é algo puramente objetivo), mas depende do gosto individual, da maneira como cada pessoa vê e valoriza o objeto – ou seja, o juízo do que é ou não belo é subjetivo. esse gosto estético seria, em grande parte, desenvolvido sob a influência da cultura em que se vive.

WEB. **Super Professor@Web**. Disponível em: <https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php> Acesso em 14/05/2020.

Marcondes, Danilo. Iniciação à história da filosofia . Zahar. Edição do Kindle

COTRIM e FERNANDES, Gilberto e Mirna. Fundamentos de filosofia . São Paulo: Saraiva, 2016.

ARANHA e MARTINS, M. L. de A. e M.H. P. Filosofando, Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 1993

Chauí, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática. 1997. p. 115)

Ghiraldelli Jr., Paulo. A Aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche (p. 115). Edição do Kindle.

EXERCÍCIOS:

1. (Ufsj 2013-adaptada) Segundo David Hume, “Todo raciocínio abstruso apresenta um mesmo inconveniente”, porque
 - a) “pode silenciar o antagonista sem convencê-lo; e para nos darmos conta de sua força, precisamos dedicar-lhe um estudo tão intenso quanto o que foi necessário para sua invenção”.

- b) “impregna a mente humana com conceitos do idealismo que o induzem ao holismo moderno”.
- c) “justifica a disposição que a mente humana tem para se inclinar ao silogismo moderno”.
- d) “convida o raciocínio a enigmáticas considerações, direcionando-o ao ceticismo quinhentista”.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

2. (Enem PPL 2013) O contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção como se ele estivesse em completo acordo com a realidade. *Que o Sol não nascerá amanhã* é tão inteligível e não implica mais contradição do que a afirmação de que ele nascerá. Podemos em vão, todavia, tentar demonstrar sua falsidade de maneira absolutamente precisa. Se ela fosse demonstrativamente falsa, implicaria uma contradição e o espírito nunca poderia concebê-la distintamente, assim como não pode conceber que $1+1$ seja diferente de 2.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (adaptado).

O filósofo escocês David Hume refere-se a fatos, ou seja, a eventos espaço-temporais, que acontecem no mundo. Com relação ao conhecimento referente a tais eventos, Hume considera que os fenômenos

- a) acontecem de forma inquestionável, ao serem apreensíveis pela razão humana.
- b) ocorrem de maneira necessária, permitindo um saber próximo ao de estilo matemático.
- c) propiciam segurança ao observador, por se basearem em dados que os tornam incontestáveis.
- d) devem ter seus resultados previstos por duas modalidades de provas, com conclusões idênticas.
- e) exigem previsões obtidas por raciocínio, distinto do conhecimento baseado em cálculo abstrato.

3. (Enem 2012) **TEXTO I**

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TEXTO II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisaremos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento*. São Paulo: Unesp, 2004 (adaptado).

Nos textos, ambos os autores se posicionam sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume

- a) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- b) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.
- c) são legítimos representantes do criticismo quanto à gênese do conhecimento.
- d) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- e) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.

4. (Enem PPL 2018) Quando analisamos nossos pensamentos ou ideias, por mais complexos e sublimes que

sejam, sempre descobrimos que se resolvem em ideias simples que são cópias de uma sensação ou sentimento anterior. Mesmo as ideias que, à primeira vista, parecem mais afastadas dessa origem mostram, a um exame mais atento, ser derivadas dela.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Depreende-se deste excerto da obra de Hume que o conhecimento tem a sua gênese na

- a) convicção inata.
- b) dimensão apriorística.
- c) elaboração do intelecto.
- d) percepção dos sentidos.
- e) realidade transcendental.

5. (Enem 2ª aplicação 2016) Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: por que esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência. O pão que outrora comi alimentou-me, isto é, um corpo dotado de tais qualidades sensíveis estava, a este tempo, dotado de tais poderes desconhecidos. Mas, segue-se daí que este outro pão deve também alimentar-me como ocorreu na outra vez, e que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes? A consequência não parece de nenhum modo necessária.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

O problema descrito no texto tem como consequência a

- a) universabilidade do conjunto das proposições de observação.
- b) normatividade das teorias científicas que se valem da experiência.
- c) Dificuldade de se fundamentar as leis científicas em bases empíricas.
- d) inviabilidade de se considerar a experiência na construção da ciência.
- e) correspondência entre afirmações singulares e afirmações universais.

6. (Enem 2015) Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que

- a) os conteúdos das ideias no intelecto têm origem na sensação.
- b) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.
- c) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.
- d) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória.

e) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empiria.

7. (Uel 2007) “Assim como a natureza ensinou-nos o uso de nossos membros sem nos dar o conhecimento dos músculos e nervos que os comandam, do mesmo modo ela implantou em nós um instinto que leva adiante o pensamento em um curso correspondente ao que ela estabeleceu para os objetos externos, embora ignoremos os poderes e as forças dos quais esse curso e sucessão regulares de objetos totalmente dependem”.

Fonte: HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.79-80.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria do conhecimento de Hume, assinale a alternativa correta:

- Para Hume, o princípio responsável por nossas inferências causais chama-se instinto de autoconservação.
- Entre o curso da natureza e o nosso pensamento não há qualquer correspondência.
- Na teoria de Hume, a atividade mental necessária à nossa sobrevivência é garantida pelo conhecimento racional das operações da natureza.
- O instinto ao qual Hume se refere chama-se hábito ou costume.
- Segundo Hume, são os raciocínios *a priori* que garantem o conhecimento das questões de fato.

8. (Ufu 2003) De acordo com David Hume,

“... embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificamos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência.”

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. Coleção “Os Pensadores”. p. 70.

Com base na citação acima é correto afirmar:

- as ideias inatas funcionam como fonte de todos os conhecimentos e são, também, o princípio regulador dos conhecimentos humanos, pois nada pode ser concebido sem a vitalidade dessas ideias, que são anteriores a toda experiência.
- o pensamento constrói uma realidade independente da percepção sensível, pois os sentidos contaminam a inteligência humana com o erro. Para operar com retidão, portanto, o pensamento deve compor, no seu interior, as ideias adventícias com as quais, em seguida, manifestar-se-á sobre a veracidade ou a falsidade das coisas.
- a base de todo conhecimento é a experiência, pois é ela que permite a formação das impressões, que estando ligadas às coisas, permitem que a inteligência tenha acesso aos objetos do conhecimento.
- o conhecimento humano é formado pelas impressões, que são percepções muito vivas e que se diferenciam das ideias, que são percepções menos vivas. Disto se conclui, segundo Hume, que o pensamento por si só é inferior à sensação.

Assinale a alternativa que contém as assertivas verdadeiras.

- III e IV
- I e IV
- II e III
- I e II

9. (Ufu 2002-adaptada) David Hume escreveu que “podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade”.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 69.

Assinale a única alternativa, que apresenta estas duas classes de percepções:

- os pensamentos e as impressões.
- as ideias inatas e os dogmas religiosos.
- as certezas evidentes e os hábitos sociais.
- as superstições e as intuições intelectuais.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

10. (Ueg 2012-adaptada) David Hume nasceu na cidade de Edimburgo, em pleno Século das Luzes, denominação pela qual ficou conhecido o século XVIII. Para investigar a origem das ideias e como elas se formam, Hume parte, como a maioria dos filósofos empiristas, do cotidiano das pessoas. Do ponto de vista de um empirista,

- não existem ideias inatas.
- não existem ideias abstratas.
- não existem ideias a posteriori.
- não existem ideias formadas pela experiência.
- Nenhuma das alternativas anteriores

11. (Ufsj 2008-adaptada) De acordo com Hume (Op. cit., 1984), as inferências derivadas da experiência são efeitos

- do raciocínio e não do hábito.
- do costume e não do raciocínio.
- da contiguidade e da crença.
- da sucessão e do raciocínio.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

12. (Ufsj 2008-adaptada) De acordo com o pensamento de David Hume (1711-1776), é **INCORRETO** afirmar que

- as ideias da razão se originam da experiência.
- os princípios da racionalidade são derivados da experiência.
- todo efeito é uma ocorrência semelhante à sua causa.
- a razão é o hábito de associar ideias, seja por semelhança, seja por diferença.
- os sentidos proporcionam a descoberta das causas e efeitos.

Gabarito:

Resposta da questão 1:

[A]

Resposta da questão 2:

[E]

Resposta da questão 3:

[E]

Resposta da questão 4:

[D]

Resposta da questão 5:

[C]

Resposta da questão 6:

[A]

Resposta da questão 7:

[D]

Resposta da questão 8:

[A]

Resposta da questão 9:

[A]

Resposta da questão 10:

[A]

Resposta da questão 11:

[B]

Resposta da questão 12:

[C]

